

CARTOGRAFIA SOCIAL E ARTICULAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA NO MÉDIO PARAÍBA DO SUL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À MONOCULTURA DA MENTE

Social cartography and articulation of organic and agroecological production of the Médio Paraíba do Sul as a resistance to mind's monoculture

Alexandre De Donato,¹

Jeferson Batista da Silva,²

José de Arimathea Oliveira,³

Amanda Veloso Garcia,⁴

Resumo: Propriedades de produtores orgânicos e agroecológicos foram visitadas em diversos municípios da região do Médio Paraíba do Sul no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de promover o *I Encontro da Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul*. Nestas visitas, a equipe de colaboradores do IFRJ Pinheiral estimulou os agricultores a confeccionar um mapa, por meio do método participativo de cartografia social. O presente trabalho objetivou pensar formas adequadas de integração e ação entre os agricultores da região, destacando seu importante papel na resistência à monocultura, tanto do solo como da mente, como a raiz da ditadura sobre a terra. Cada grupo de agricultores produziu um resumo das principais atividades de sua região e discorreu para todos sobre suas atividades, marcando o potencial de sua região no mapa. Concluiu-se que a região do Médio Paraíba do Sul, apesar de seu perfil de desenvolvimento econômico predominantemente industrial, tem alta diversidade de produção agropecuária, tendo como principal atividade agroecológica a olericultura, seguida da fruticultura e processados.

Palavras-Chave: Agroecologia; Agricultura alternativa; Resistência cultural

Abstract: Properties of organic and agroecological producers were visited in several municipalities of the Médio Paraíba do Sul region in the state of Rio de Janeiro, with the purpose of promoting the First Meeting of the Médio Paraíba do Sul Agroecology Articulation. IFRJ Pinheiral collaborators encouraged farmers to make a map using the participatory method of social cartography. The present work aimed to think about adequate forms of integration and action

¹ Engenheiro Agrônomo, Instituto Federal do Rio de Janeiro- Campus Pinheiral, Rua José Breves, 550, Centro, 27197-000, Pinheiral, RJ, Brasil. alexandre.donato@ifrj.edu.br (autor para correspondência). Telefone 021980249769

² Licenciado em Ciências Agrícolas, Instituto Federal do Rio de Janeiro- Campus Pinheiral, Rua José Breves, 550, Centro, 27197-000, Pinheiral, RJ, Brasil. jeferson.batista@ifrj.edu.br. Telefone 024988364949

³ Licenciado em Ciências Agrícolas, Instituto Federal do Rio de Janeiro- Campus Pinheiral, Rua José Breves, 550, Centro, 27197-000, Pinheiral, RJ, Brasil. jose.arimathea@ifrj.edu.br. Telefone 024998135113

⁴ Filósofa, Instituto Federal do Rio de Janeiro- Campus Pinheiral, Rua José Breves, 550, Centro, 27197-000, Pinheiral, RJ, Brasil. amanda.garcia@ifrj.edu.br Telefone 24999365907

among farmers in the region, highlighting their important role in the resistance to monoculture of both soil and mind as the root of dictatorship over land. Each group of farmers produced a summary of their region's main activities and talked to everyone about their activities, marking the potential of their region on the map. It was concluded that the region of the Médio Paraíba do Sul, despite its predominantly industrial economic development profile, has high diversity of agricultural production, having as main agroecological activity olericulture, followed by fruit and processed.

Keywords: Agroecology; Alternative agriculture; Cultural resistance .

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A produção agrícola no Brasil está fortemente vinculada ao agronegócio sob mantras diários de “agro é pop” na programação aberta da televisão nacional. Porém, ao considerar as práticas dos povos originários do nosso território e as próprias características ambientais, é possível notar que, popular mesmo, são outras formas de se relacionar com a terra que não se restringem às regras ditadas pelo mercado. Entre as muitas estratégias para tornar necessário o consumo do que o mercado tem para vender, podemos citar a mais cruel que acaba por deixar sem alternativas aqueles que não se conformam às regras capitalistas. Neste contexto, a relação com a natureza se resume à ideia do agricultor como técnico que reproduz, sem reflexão, regras pré-estabelecidas, diferentemente da compreensão da agricultura como um processo criativo que se reinventa de acordo com as condições fornecidas através da observação.

Na base dessa compreensão restrita e exploratória da agricultura está a colonização eurocêntrica que, como aponta o sociólogo ambientalista mexicano Enrique Leff (2009, p. 243):

A Terra se separou de sua planície e no século XVI iniciou o voo de sua globalização, uma vez que foi circunavegada e os intercâmbios comerciais foram interconectando as diferentes civilizações e culturas. Mais tarde, a generalização dos intercâmbios comerciais se transformou em lei, a qual foi se universalizando, invadindo todos os domínios do ser e os modos de vida das pessoas. Com a invenção da ciência econômica e a institucionalização da economia como regras universais de convivência teve início um processo de economização do mundo. Porém, a ordem física e a vida no planeta, que dão origem e sustentam o gênero humano, não apresentam nenhuma essencialidade econômica em suas raízes, além da pulsão de produzir com a natureza para satisfazer necessidades humanas. Esse processo de expansão da racionalidade econômica culmina com sua saturação e seus limites, o limite de seu extremo desejo de globalizar o mundo, engolindo todas as coisas e traduzindo-as aos códigos da racionalidade econômica, o que leva à impossibilidade de

pensar e atuar conforme as leis-limite da natureza, da vida e da cultura. Esse processo econômico não apenas gera externalidades que seu próprio metabolismo econômico não consegue absorver, como também, por meio de seu princípio fundamentalista e totalitário, se encrava no mundo destruindo o sentido das coisas – da natureza, da cultura, do homem – ao tentar convertê-los a sua forma unitária e universal.

A econimização do mundo (LEFF, 2009) se universalizou a partir da expansão europeia e carrega em seu bojo processos de redução de todos os aspectos da natureza, da vida e da cultura ao capital, convertendo-os em capital natural, capital humano e capital cultural. A natureza passa a ser entendida como um recurso para a produção de artefatos lucrativos, de maneira que só convém preservá-la para garantir a manutenção da alta produtividade. Na perspectiva da racionalidade econômica, toda vida existente é entendida como um processo calculável para torná-la útil e o indivíduo é responsável – e culpado – sobre o controle do seu corpo para participar da vida pública. Assim, espera-se que as pessoas vivam para o trabalho e o consumo, já que é isto que suas vidas valem no aspecto econômico.

A estudiosa indiana Vandana Shiva (2013, p. 32-33) nos ajuda a compreender as consequências dessa mudança de perspectiva:

Os princípios correntes da administração florestal científica levam à destruição do ecossistema das florestas tropicais porque se baseiam no objetivo de modelar a diversidade da floresta viva à uniformidade da linha de montagem. Em vez de a sociedade tomar a floresta como modelo, como acontece nas culturas florestais, é fábrica que serve de modelo à floresta. [...] As florestas tropicais, quando seu modelo é a fábrica e quando são usadas como uma mina de madeira, passam a ser um recurso não renovável. Os povos tropicais também se tornam um lixo histórico descartável. Em lugar do pluralismo cultural e biológico, a fábrica produz monoculturas sem sustentabilidade na natureza e na sociedade. Não há lugar para o pequeno; o insignificante não tem valor. [...] Aqueles que não se ajustam à uniformidade são declarados incompetentes. A simbiose cede lugar à competição, à dominação e à condição descartável. Não há sobrevivência possível para a floresta ou seu povo quando eles se transformam em insumo para a indústria.

E, nesse sentido, podemos falar de uma “colonialidade da natureza”, que estrutura as opressões coloniais. Vemos que a compreensão que temos de natureza foi fabricada pelo saber dominante, invisibilizando os aspectos sociais que a permeiam. Além dos sujeitos também é ignorado o potencial ambiental dos diferentes ecossistemas, como, por exemplo, a aplicação de monoculturas para climas temperados não permite aproveitar o funcionamento próprios

desses ambientes e das pessoas e seres que nele vivem. Na monocultura, são ignorados os potenciais ecológicos do ambiente, da cultura e da criatividade humana, que exige diversificar os estilos tecnológicos e respeitar as práticas dos povos: “Em vez de aglutinar a integridade da natureza e da cultura, engole, para globalizar racionalmente o planeta e o mundo” (LEFF, 2009, p. 239). Tanto que mesmo quando se fala em preservação da natureza na perspectiva monocultural isto é pensado de forma descolada e instrumentalizada: “Nesse sentido, a biodiversidade adquire papel econômico passivo – por sua capacidade de absorver carbono – no balanço das emissões de gases de efeito estufa e dos processos de redução do aquecimento do planeta” (LEFF, 2009, p. 253).

Ao transformar a floresta em fábrica, a diversidade de todos os seres, incluindo plantas, animais e etnias, passa a ser inimiga da produção adequada; *erva-daninha* que precisa ser eliminada com veneno para não comprometer a produtividade e o lucro. Do mesmo modo que as plantas se tornam descartáveis, os povos da floresta e seus saberes também são descartados no âmbito do conhecimento, mas recrutados para o trabalho braçal semiescravo. Na perspectiva do “agro é pop”, a floresta só tem valor enquanto produto “morto” e cabe apenas uma perspectiva para que não haja concorrência e nem se perceba a má qualidade dos alimentos ofertados com altos índices de insumos tóxicos. Para se concretizar o ciclo, é preciso criar um contínuo desejo de consumo único que corresponda ao que está sendo produzido, mantendo o lucro por bem – propagandeado – ou por mal – falta de opções – e consumindo o “veneno nosso de cada dia”, o qual permite perpetuar a relação de não reflexão e de fragmentação diante da natureza. E, assim, a monocultura do solo reflete a *monocultura da mente*, na qual apenas um modo de pensar, existir, se alimentar e produzir é permitido, ditado por supostas leis de mercado. Segundo Shiva (2013, p. 25-27), a monocultura se inicia na mente para depois se estender ao solo através da percepção unilateral de mundo:

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. [...] Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das

monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies.

Enquanto metáfora, a monocultura mental talvez seja mais bem exemplificada no saber e na prática da silvicultura e da agricultura. A silvicultura "científica" e a agricultura "científica" dividem artificialmente a planta em domínios separados sem partes em comum, com base nos mercados isolados de bens aos quais fornecem matéria-prima e recursos. Nos sistemas locais de saber, o mundo vegetal não é artificialmente dividido entre uma floresta que fornece madeira comercial e terra cultivável que fornece mercadorias em forma de alimentos. A floresta e o campo são um *continuum* ecológico, e as atividades realizadas na floresta contribuem para satisfazer às necessidades alimentares da comunidade local, enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia da floresta tropical. Alguns habitantes das florestas obtêm comida diretamente de seu meio ambiente, enquanto muitas comunidades praticam a agricultura fora da floresta, mas dependem da fertilidade da floresta para a fertilidade da terra cultivável.

Nesse sentido, as sementes crioulas, que sempre foram utilizadas e compartilhadas pelos agricultores, e que apresentam uma variedade nutritiva mais rica do que as sementes transgênicas resistentes a herbicidas monopolizadas por empresas, são vistas pelo saber dominante alicerçado em processos científicos a serviço do mercado como sementes "primitivas", "atrasadas" e "improdutivas", ainda que sempre tenham fornecido alimento a diferentes povos. Do mesmo modo, esses povos e seus saberes também se tornam "atrasados" e "primitivos". Através da devastação ambiental, poluição das águas, ameaças, genocídio e assassinato de líderes políticos regionais, os povos nativos são expulsos de seus territórios, não apenas os deixando livres para os grandes latifundiários, mas principalmente fazendo com que sua única opção seja trabalhar com as péssimas condições oferecidas por estes últimos em lavouras cheias de veneno.

Ao entender a floresta e o campo como um *continuum*, os povos não dominantes compreendem a si mesmos como interligados à floresta. Desse modo, as práticas de agricultura resultam de uma compreensão ampla na qual a maneira como olhamos a natureza é um reflexo da maneira como nos relacionamos entre si e com o conhecimento. Nessa perspectiva, são

importantes as práticas agroecológicas¹ que visam desenvolver mutuamente plantas e sujeitos através da valorização dos saberes populares e de aspectos culturais, sociais e ecológicos.

Podemos definir “agroecologia” como um conjunto de diretrizes voltadas ao desenvolvimento rural sustentável (STAMATO, 2017). Pode também ser considerada uma ciência com princípios orientadores para a produção saudável, pautada em favorecimento de processos naturais, em harmonia com o meio ambiente, primando pela qualidade de vida em sua plenitude (PADOVAN et al., 2016). Este conceito está em constante evolução, e neste sentido as metodologias participativas tem contribuído para estes avanços nos conhecimentos agroecológicos. Estas metodologias não são apenas ferramentas para promover a participação popular, mas modos de produção de conhecimentos úteis à transformação efetiva das realidades estudadas, baseando a investigação na participação dos próprios coletivos que se investiga. Nesta, todos os participantes devem ser considerados sujeitos ativos na construção do conhecimento, a partir das informações que trazem, e as informações geradas devem ser compartilhadas, propiciando a autonomia dos povos frente ao avanço das forças opressoras (STAMATO et al., 2017).

Ao longo das últimas décadas, a agroecologia, enquanto ciência, tem tido seu desenvolvimento pautado na desconstrução de um método científico dominante (positivista e cartesiano) surgido no final do século XVI, onde, para promover a libertação da influência da Igreja e do absolutismo sobre o conhecimento científico, houve uma supervalorização deste sobre o conhecimento popular, desvalorizando este último de modo a afirmar que somente o conhecimento científico teria validade. Desta forma, a agroecologia

1 Fagundes et al. (2016), em um trabalho cujo objetivo foi relatar as experiências resultantes das ações empreendidas e os resultados obtidos pela equipe do projeto “Rede de Agroecologia da Unicamp: Integração ensino, pesquisa e extensão na construção participativa de saberes agroecológicos”, projeto que objetivou promover a consolidação e a institucionalização da Rede de Agroecologia da Unicamp, após diversas análises, concluiu que a Agroecologia é uma demanda social importante, e precisa, para o seu fortalecimento, de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão nesta temática. Padovan et al. (2016), analisou, entre outros, as realizações de grandes eventos técnico-científicos de Agroecologia, concluindo que ao longos dos anos tem havido uma crescente participação dos agricultores nos eventos ligados à Agroecologia, o que tem aumentado expressivamente a motivação para a transição agroecológica de produtores familiares convencionais que, ao conhecerem e incorporarem gradativamente as práticas agroecológicas, passaram a programar mudanças mais profundas em seus processos produtivos no médio e longo prazo.

se opõe à ausência de aspectos relacionados aos saberes populares nas pesquisas científicas e ao distanciamento entre o pesquisador e a realidade (STAMATO *et al.*, 2017).

A agroecologia emerge de uma realidade socioambiental em constante mudança e do conhecimento acumulado pelos agricultores ao longo de sua coevolução social e ecológica. Diante de sua multiplicidade e dinamicidade, parece mais adequado que a pesquisa no âmbito da agroecologia seja realizada dentro de perspectivas distributivas, estruturais e dialéticas de pesquisa social (MOREIRA, 2012; SEVILLA-GUZMAN, 2006). Por isso, propõe-se aqui analisar a produção orgânica agroecológica da região do Médio Paraíba do Sul utilizando como base a experiência proporcionada pela participação no “I Encontro da Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul”.

Agricultura de base agroecológica já foi denominada, há algumas décadas, como sinônimo de agricultura alternativa. Tal termo, contudo, mais abrangente e impreciso, pode ser designado para se referir a qualquer sistema que enxergue a produção do sistema agrícola como resultado de um sistema inteiro e objetivo produzir com o máximo de preservação ao meio ambiente e sustentabilidade, evitando recursos externos à propriedade e fontes de energia não-renováveis, otimizando, por conseguinte, os benefícios sociais. Apesar da então agricultura alternativa, como assim denominada em sua época de surgimento, se subdividir em Agricultura Biodinâmica; Natural; Ecológica e Orgânica; o mercado optou, e posteriormente como consequência também o Estado, por denominar todos os produtos oriundos desta como orgânicos (DULLEY, 2003; ODIANTES & CRUZ, 2018).

A agricultura biodinâmica tem sua base situada nas relações entre a agricultura e a cosmologia no que tange ao transporte, aproveitamento e distribuição de energia dentro do sistema. Para os adeptos desta filosofia, o desequilíbrio da agricultura convencional resulta da visão mecanicista e individualista empregada que impede a regulação cósmica natural das lavouras. A agricultura é vista como uma enorme teia energética, um ponto de confluência de diversos pontos cósmicos interligados, a qual deve obedecer ao que a natureza preconiza, se pautando em ciclos naturais como o ciclo lunar. Estes fatores determinam a época de plantio e/ou colheita, assim como outras

decisões, de acordo com a finalidade de uso dos vegetais e a regência cósmica dominante, promovendo uma paisagem agrícola que possa também como um ponto de regulação cósmico e ambiental (FERREIRA, 2018).

Os exemplos mais icônicos das práticas de agricultura biodinâmica são: na fase nova da lua, ocorre o aumento da seiva nos vegetais, sendo portanto mais propício o manejo de verduras folhosas e plantas medicinais; na fase crescente, são recomendados as atividades de poda, enxertia e promoção de brotação; na fase minguante, recomenda-se o manejo de raízes e tubérculos; por fim, na fase cheia da lua, recomenda-se a colheita de frutos ou sementes e o plantio de flores e hortaliças. Além disso, a Agricultura Biodinâmica afirma que o excesso de elementos químicos presentes na composição dos fertilizantes sintéticos pode desequilibrar a orientação cósmica do solo, desfavorecendo por conseguinte a troca de energias de maneira aceitável, causando problemas fisiológicos e patológicos (as pragas agrícolas são considerados inclusive companheiros que buscam a regulação cósmica da área trabalhada) (FERREIRA, 2018).

A agricultura natural objetiva alcançar a harmonia e prosperidade dos seres humanos, bem como de todos os outros seres vivos, através da preservação dos ecossistemas por meio da obediência às suas leis, tendo atenção especial à manutenção da saúde dos solos. Todas as práticas visam apenas manter o que existe na natureza, pois esta é o modelo intocável. As potencialidades das forças naturais do solo devem ser liberadas, por meio da máxima “quanto menos intervenção melhor”. Para esta filosofia de produção, um dos principais problemas da agricultura convencional reside no fato desta menosprezar o poder do solo e superestimar o poder dos insumos “modernos”, os quais não passam de substâncias complementares (DULLEY, 2003; FERREIRA et al., 2015).

A agricultura ecológica tem como objetivo reestabelecer e/ou manter a saúde do ambiente e principalmente do solo, de modo a combater as causas dos problemas agrícolas, em vez dos seus sintomas. Seu foco é prevenir para não precisar remediar. Seu principal pressuposto é que uma planta situada em um solo sadio assim também o será, trabalhando com uma condução mínima de sistemas naturais. Em princípio, planta o que o conjunto solo-clima facilmente produz (DULLEY, 2003; MORENO et al., 2019).

Com relação à agricultura orgânica não há um claro consenso sobre como defini-la. Muitos regulamentos e leis se limitam a descrever o que é ou não permitido em termos de práticas, enquanto outros incluem princípios mais abstratos (ou até mesmo filosóficos) como valores pessoais e sociais envolvendo proteção e conservação do meio ambiente e saúde. Os exemplos mais icônicos de práticas da agricultura orgânica são: rotação de culturas, utilização de esterco para adubação, adubação verde, controle biológico e minerais naturais (DULLEY, 2003; SHIMADA et al., 2018).

METODOLOGIA

Ao longo do segundo semestre de 2017, servidores do IFRJ Campus Pinheiral planejaram uma série de visitas e intervenções em diversas localidades da região do Médio Paraíba do Sul no estado do Rio de Janeiro, almejando efetuar uma abordagem que fosse a mais representativa possível dos produtores orgânicos e agroecológicos, e visando identificar as diferentes experiências agroecológicas vivenciadas e seus diversos atores na região. Os municípios visitados foram: Barra do Piraí, Piraí, Pinheiral, Volta Redonda, Rio das Flores, Paty do Alferes, Valença, Miguel Pereira, Paraíba do Sul e Resende. Os produtores agroecológicos visitados foram estimulados a participar do “I Encontro da Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul”, onde confeccionou-se um mapa, por meio do método participativo de cartografia social.

Um dos modos de atuação foi comparecer às reuniões dos grupos denominados de *Sistema Participativo de Garantia* (SPG), os quais são vinculados à *Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro* (ABIO-RJ) nos quais os próprios agricultores compartilham a responsabilidade pela certificação orgânica. Nestas reuniões, foram efetuadas exposições argumentativas que discorriam sobre a importância da organização e articulação para o fortalecimento da agricultura alternativa, além dos principais aspectos que seriam discutidos durante o “Encontro Estadual de Agroecologia” em Paraty-RJ. Salientou-se ainda a importância da participação destes agricultores em uma reunião prevista para o resgate e refundação da *Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul*, onde também se mapearia as atividades agroecológicas desta região e se definiria a

representação da região no “IV Encontro Estadual de Agroecologia” que ocorreria em Paraty-RJ.

No início do “I Encontro da Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul”, cada agricultor recebeu orientações para descrever as produções realizadas no seu agroecossistema. Compareceram ao encontro cerca de oito pessoas representando a *Associação de Produtores Orgânicos do Médio Paraíba* (APOMB); seis representantes da *Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Café* (APROVAC); sete produtores da *Associação de Produtores Orgânicos de Visconde de Mauá* (APROVIM) da região de Resende/Itatiaia RJ; seis produtores quilombolas de Valença, cinco da região de Seropédica-RJ incluindo a *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* (EMBRAPA) do *Centro Nacional de Pesquisa em Agroecologia* (CNPQ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); agricultores do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST), sendo três do assentamento “Roseli Nunes” do município de Piraí-RJ e um agricultor do Assentamento “Vida Nova” do Distrito de Ipiabas no município de Barra do Piraí-RJ; cinco produtores orgânicos do *SPG Pinheiral Orgânico*, de Pinheiral - RJ; uma professora da Universidade Federal Fluminense (UFF); um facilitador representando o *SPG de Barra Mansa*-RJ; cinco representantes da *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro* (Emater-Rio) e a *Secretaria de Estado de Agricultura*; nove estudantes do IFRJ Pinheiral; além de sete membros do *Núcleo de Estudos e Atuação em Agroecologia* (NEAA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)/Pinheiral. Além desses, outros professores e técnicos da IFRJ/Pinheiral se uniram à reunião totalizando mais de 80 participantes.

Diferentemente da cartografia tradicional aplicada à geografia, a cartografia social exige que o cartógrafo trabalhe com todas as informações que dispõem sem preconceitos e/ou valores preestabelecidos, estando aberto a percorrer e descrever novos trajetos possíveis, observando de modo semelhante a um estrangeiro (PRADO FILHO & TETI, 2013; (FERREIRA et al., 2017).

A cartografia social é um processo de construção coletiva de mapeamentos de territórios compreendendo-os de maneira não reducionista e

aproximando sujeitos. Assim, esta metodologia possibilita dialogar com os saberes de uma perspectiva não dominante (MARINO et al., 2018).

Durante o encontro, foram percorridos diversos aspectos da agroecologia e sua importância, como por exemplo, a soberania alimentar, a resistência à opressão e exclusão, a conservação da natureza e o direito à saúde. Muitos produtores discursaram contando suas histórias e sua atuação presente e também o significado que a agroecologia tinha para cada um deles. O mapa da região foi disponibilizado para que os próprios agricultores fizessem suas inserções conforme a metodologia da cartografia social (Figura 1).

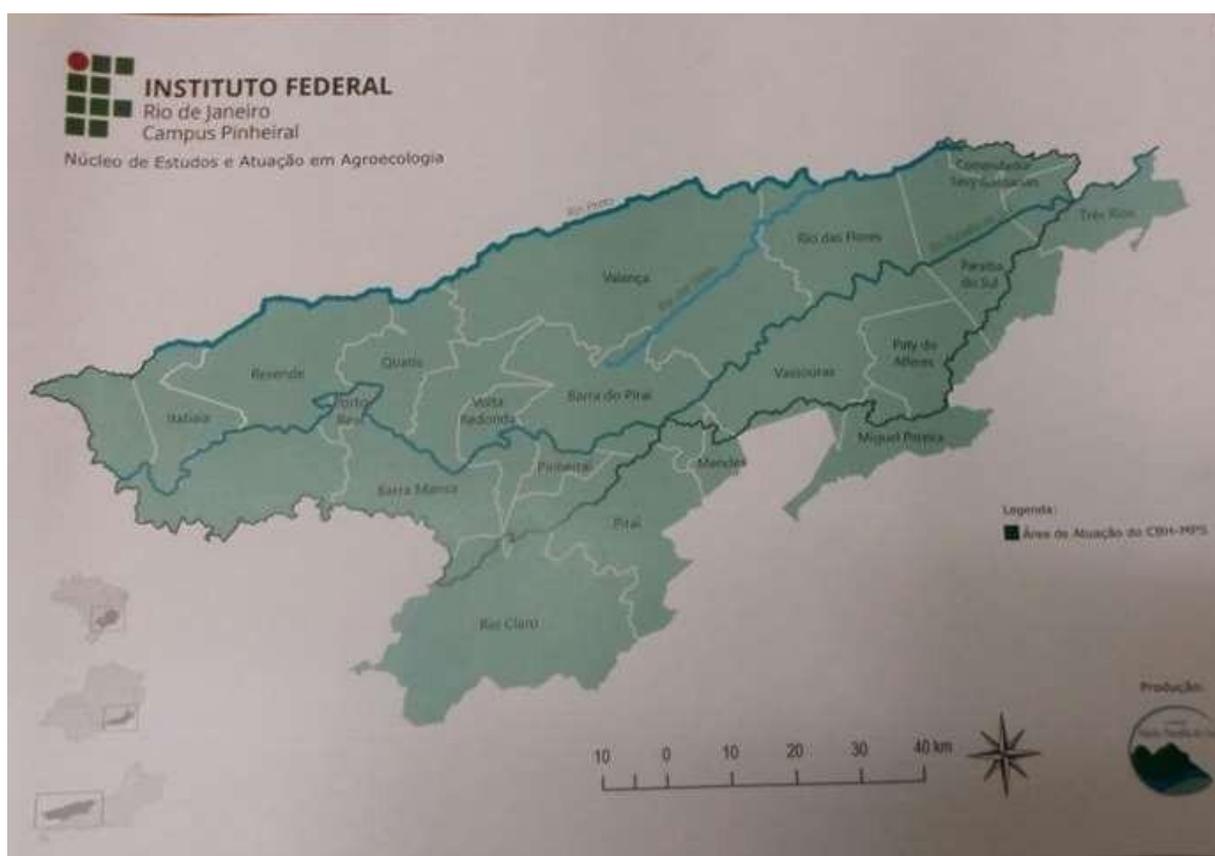


Figura 1: Mapa da região do Médio Paraíba do Sul

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o I Encontro da Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul, foram discutidos alguns princípios da agroecologia e sua importância e das instituições que a apoiam. Assim, foi possível refletir acerca de uma mudança na compreensão que temos da natureza, resgatando as práticas

ensinadas por nossos ancestrais e nos enxergando como parte de um todo relacionado que envolve plantas e pessoas. Isto é fundamental para que possamos ver a nós mesmos enquanto sujeitos portadores de direitos fundamentais como a saúde, alimentação de qualidade, moradia, terra, etc. A apropriação e valorização dos saberes locais é importante para a obtenção da *Soberania Alimentar* – conceito elaborado nos anos 90 que entende que para um sujeito seja soberano da sua existência deve ter acesso e recursos para produzir seus alimentos de modo adequado a seu ambiente e hábitos culturais. A autonomia no âmbito alimentar é um fator essencial para qualquer tipo de autonomia intelectual, pois a vida, o corpo, as experiências, o sentir, não estão desconectados de nossa maneira de compreender o mundo.

A monocultura mental, ao impor uma única forma de se relacionar com o mundo, resulta no empobrecimento da natureza ao mesmo tempo em que empobrece seu conhecimento sobre ela. Enquanto os saberes locais reconhecem uma gama enorme de espécies de plantas, os saberes científicos têm conhecimento de uma quantidade inferior, necessitando frequentemente da ajuda de nativos e dos ditos “mateiros” nos seus processos de pesquisa. Assim, ao destruir a diversidade em prol da concorrência de mercado, temos uma drástica redução na autonomia dos sujeitos que ficam reféns de sementes “milagrosas” transgênicas resistentes a herbicidas. Porém, estas não são capazes de produzir outras sementes com as mesmas características e “qualidade”, obrigando o agricultor a comprá-las, em toda safra, das empresas detentoras de suas patentes, em vez de explorar variedades e trocas possibilitadas pelas sementes crioulas. O controle sobre a relação sujeito-natureza decorre de técnicas de manipulação que tornam os comportamentos dos indivíduos previsíveis ao padronizados, além de enfraquecer sua união ao dividí-los por meio da competição.

Durante o evento supracitado, uma agricultora mencionou a sua concepção particular de agroecologia, explicitando que consistia numa forma de combater a pobreza e conservar a natureza numa só ação, permitindo, por exemplo, às mulheres fugirem do dilema “ou terceirizar a criação dos filhos ou serem excluídas do mercado de trabalho”. Podemos dizer que oferece, verdadeiramente, alternativas para resistir aos processos de subjugação promovidos pelo capitalismo, especialmente aos grupos excluídos socialmente.

A agroecologia, ao se basear em redes de relação entre agricultores, pode ser vista essencialmente como uma prática educativa na qual diferentes saberes são valorizados de forma igualitária. A própria lógica das sementes crioulas, que apresentam uma gama maior de variedades permitindo que o cultivo permaneça em diferentes climas, envolvendo a constante troca de sementes entre os agricultores, se constitui de uma rede educativa que aproxima diferentes sujeitos e saberes, articulando de modo interdisciplinar os saberes científicos e populares (SCHMITT, 2010) No Encontro, por exemplo, diversos produtos típicos de cada região foram compartilhados entre os agricultores, como a farinha de pinhão.

Em resumo, podemos destacar que o grupo que representou a região de Resende e Itatiaia (RJ), Bocaína de Minas e Liberdade (MG) tem como experiências em destaque a certificação participativa, a troca de experiências que ocorre nas visitas de verificação, processamento de gêneros agrícolas, grupos de mulheres, manutenção de um banco de sementes com foco no resgate de sementes crioulas, turismo agrícola, difusão de práticas agroecológicas em oficinas, práticas religiosas associadas à filosofia agroecológica, restauração florestal, plantas medicinais, preservação dos conhecimentos tradicionais por meio de documentação destes.

O grupo que representou a região do município de Valença e Rio das Flores tem como experiências em destaque a prática da permacultura, economia solidária, a qual consiste na utilização da renda oriunda do turismo agrícola para imersão de agricultores nas práticas agroecológicas, isto é, com o dinheiro oriundo deste turismo, os agricultores são remunerados por serviços na propriedade da agricultora que pratica permacultura, onde esta “aproveita” a vinda destes para prestarem os serviços remunerados, e ensina a filosofia de produção agroecológica. Além destas, preservação da Mata Atlântica, Sistemas Agroflorestais, atuação de quilombolas, mercados institucionais, produção de mel, artesanato, plantas medicinais, bioconstruções e frutíferas.

O grupo Pinheiral Orgânico que representou a região dos municípios de Pinheiral e Barra Mansa, tem como atividades a capacitação; promovendo cursos, olericultura, laticínios, algumas frutíferas, promoção de igualdade de gêneros, processamento, plantas medicinais, com foco em mercados

institucionais, como a venda para merenda escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e produção animal.

O grupo que representou a região dos municípios de Barra do Piraí, Piraí, Vassouras e Paulo de Frontin, tem como atividades a proteção de nascentes, cultivo de frutíferas, horticultura, criação de aves, artesanatos, medicinais, laticínios, doces e bolos, capacitação e difusão de conhecimentos, agroflorestas e cultivo de shitake. E o que representou a região de Três Rios e Comendador Levy Gasparian é formado exclusivamente por agricultores familiares de produção agroecológica, sendo predominante a atuação de jovens e mulheres, os quais produzem olerícolas, frutíferas, criam animais, fabricam bolos e biscoitos, além de minimamente processados.

Após todos os grupos discorrerem suas contribuições materiais e imateriais relacionadas ao fortalecimento da Agroecologia, o mapa agroecológico da região do Médio Paraíba do Sul ficou designado conforme a figura 2 abaixo:

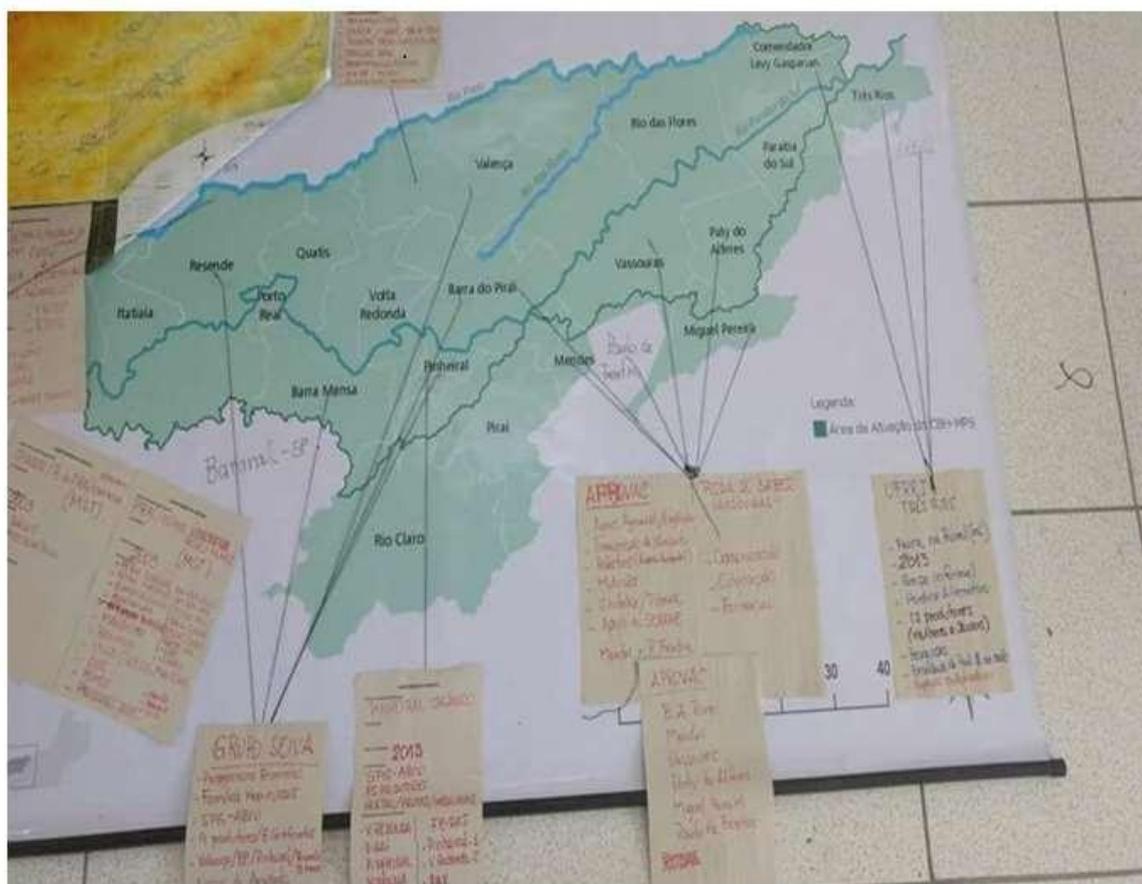


Figura 2: Mapa da produção agroecológica da região do Médio Paraíba do Sul feito por meio da metodologia de cartografia social

Ao final do encontro observou-se que a região tem alta diversidade de produção agropecuária, tendo como principal atividade agroecológica a olericultura, seguida da fruticultura e processados. Todos os relatos dos agricultores foram resumidos por estes, que se reuniram em grupos, e depois inseridos no mapa da região. Em um momento posterior do referido Encontro, foi eleita uma delegação de 15 pessoas para representar a *Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul* no “IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro” em Paraty-RJ. Para que a região fosse representada da melhor forma possível, os agricultores foram divididos em grupos de acordo com às respectivas microrregiões: Valença; Três Rios, Barra do Piraí, Pinheiral e Miguel Pereira, cada um desses municípios, juntamente com outros nos arredores. Cada uma dessas elegeu representantes, devendo haver, no total dos 15 representantes, pelo menos 11 agricultores, 8 mulheres e 5 jovens (pessoas com 29 anos ou menos).

Por meio desse levantamento, verificou-se o quanto esses sistemas são diversificados, e quanto os atores envolvidos estão ligados a diferentes escolas agroecológicas (orgânica, natural, biodinâmica, biológica, permacultura, sistemas agroflorestais, agroecológica), sendo todos os produtos desses diferentes sistemas considerados produtos orgânicos. A alternativa de processamento dos produtos como estratégia para aumentar a vida útil de prateleira, além de agregar valor aos mesmos, é uma estratégia usada por vários agricultores(as) familiares. A construção do conhecimento agroecológico, assim como a sua difusão, também é uma preocupação por parte desses. As principais atividades dos agricultores ocorrem na olericultura, fruticultura, processamento de produtos e turismo rural. Com base no mapeamento realizado de forma participativa, pretende-se utilizar o mesmo como subsídio para fazer avançar a rede de agroecologia na região do Médio Paraíba do Sul.

Quando não é possível ao consumidor comprar alimentos produzidos por pessoas conhecidas, sua única garantia é a presença do selo de uma certificadora, sendo as principais: AAO, ABIO, ANC, APAN, BCS, CHÃO VIVO, CMO, COOLMÊIA, ECOCERT, FVO, IBCERT, IBD, IMO, OIA, SAPUCAÍ, e

SKAL (DULLEY, 2003). Neste sentido, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), as quais têm seu surgimento facilitado pela existência de Articulações de Agroecologia, são um mecanismo mais ágil de tornar orgânicos acessíveis aos consumidores sem a necessidade de entidades certificadoras.

As CSA são associações civis sem fins lucrativos que objetivam criar relações econômicas voltadas para a satisfação das necessidades de cada membro envolvido com a comunidade. Nestas, em vez de “passivos” consumidores, existem coprodutores que financiam a agricultura (tendo como base a economia associativa). O número de CSA vem aumentando ao redor do mundo e no Brasil, contudo, problemas internos relacionados a fatores políticos e sociais, bem como a questões práticas que envolvem logística e mercado, tem feito muitas CSA não estarem mais em operação (ORTEGA et al., 2018).

De Carvalho (2017) afirma que a *Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto e Fecho de Pasto* foi essencial durante o processo de combate à grilagem de terras na região do Oeste Baiano. Por meio do conhecimento das características dos produtores e da promoção de ações conjuntas entre estes agentes, foi possível articular as metodologias das ciências sociais e antropologia com as práticas agronômicas sustentáveis, de modo a proporcionar um ensinamento agroecológico dinâmico atrelado aos conhecimentos tradicionais e em diálogo constante com os agentes sociais, os quais passam a integrar a academia, reformulando a ciência, a mediação e os próprios conhecimentos tradicionais.

Assim como na avaliação do pesquisador De Carvalho (2017), o resgate da *Articulação de Agroecologia do Médio Paraíba do Sul* no presente trabalho, poderá proporcionar ações conjuntas que impeçam o avanço da agricultura predatória e voltada ao lucro imediato que tem avançado nesta região. A primeira etapa para isto foi definir coletivamente quais as principais limitações dos produtores agroecológicos e/ou orgânicos da região, as quais foram: a deficiência na logística e infraestrutura para o transporte das mercadorias; irregularidade na produção causada pela falta de planejamento conjunto dos produtores; presença de políticas de assistência técnica excludentes, as quais usam critérios para definir agricultores familiares rígidos e pouco racionais; e uma carência de insumos causada por uma baixa estruturação da cadeia produtiva na região.

A agroecologia é uma matriz sócioprodutiva que se constitui em um projeto alternativo para a agricultura, o qual nega e desconstrói o modelo produtivo da “Revolução verde”², enfrentando o avanço do agronegócio no campo. Dois dos fatores que deram origem a esta matriz são: o questionamento da qualidade do alimento produzido convencionalmente e a cobrança de uma alternativa menos predatória para a agricultura (PIRES & NOVAES, 2016). Estes mesmos autores citados anteriormente, neste trabalho cujo objetivo foi descrever a formação de técnico em agroecologia desenvolvida nos Centros/Escolas do MST no Paraná, concluíram, entre outras coisas, que um dos desafios destes cursos é a exclusão desses sujeitos dos processos culturais e educativos haja vista que historicamente foram submetidos a uma educação deficitária, o que nos leva a deduzir que uma das formas de fortalecer a agroecologia é a melhora da qualidade da educação, papel que também é desenvolvido pelo IFRJ.

Para Schmitt (2017), a construção de um ambiente político e institucional capaz de atender às demandas da agricultura familiar por investimentos e apoio técnico, terá como reflexos benéficos que irão muito além dos agricultores familiares, como a promoção da segurança alimentar, construção da resiliência climática, manejo da biodiversidade e um aumento no desenvolvimento regional.

Considerando que o manejo agroecológico é uma ferramenta capaz de fortalecer a agricultura familiar, aumentando sua lucratividade e reduzindo sua suscetibilidade às oscilações de mercado (DE LIMA et al., 2016), pode-se inferir que a constituição de articulações regionais de agroecologia é um passo importante para o desenvolvimento de toda a região do Médio Paraíba do Sul, não se limitando aos agricultores agroecológicos envolvidos, formando redes capazes de evoluir conjuntamente através de ações políticas locais fortalecidas pelo autoconhecimento e promovidas pelas ferramentas de construção participativa de seus saberes (o qual tem como um de seus principais exemplos a cartografia social).

2 A Revolução Verde é o estabelecimento de um paradigma tecnológico que resultou no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, visando maximizar a produtividade e lucratividade da agricultura. Suas principais estratégias foram o desenvolvimento de cultivares geneticamente superiores, adubação sintética de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola. É uma mentalidade atualmente quase hegemônica no agronegócio nas mais diversas áreas do mundo.

A gama de distintos significados aceitos para o termo agroecologia, os quais são alvo de constantes debates e redefinições, é reflexo desta estar contextualizada em um espaço dinâmico de relações. A atual configuração do campo agroecológico articula um conjunto heterogêneo de atores, lugares e modos de execução, vinculando os processos de construção do conhecimento agroecológico aos distintos ambientes em que os mesmos se desenvolvem (SCHMITT, 2017). Neste contexto, a promoção de ações voltadas para a construção coletiva de saberes, como as práticas de execução da cartografia social, se configura como uma das ações fundamentais para a evolução da agroecologia e seu amadurecimento enquanto ciência, mas principalmente se constitui de uma forma de resistência ao poder dominante. Como disse Shiva em uma entrevista (2014, n.p.): "A cegueira que nos impede de ver tanto a riqueza da diversidade quanto a própria diversidade é o que chamo de monocultura da mente. A monocultura da mente é, literalmente, a raiz da ditadura sobre a Terra. É um instrumento de poder e controle. Não produz mais. Controla mais". De maneira que a descolonização de pessoas perpassa por uma descolonização da natureza, reforçando a dignidades de ambas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, N. O.; GORAYEBE, A.; SILVA, E. V.; SANTOS, J. O.; MEIRELES, A. J. A. Cartografia social: instrumento de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na reserva extrativista marinha da prainha do canto verde, Beberibe-Ceará. **Revista Equador**, v. 5, n. 4, p. 106-127, 2016.
- DE CARVALHO MARQUES, G. E.; MUNIZ, R. A.; ABREU, L. S.; BRANDÃO, C. M.; CARMO LOCH, V. Atuação do Núcleo de Estudos em Agroecologia do IFMA-Monte Castelo na construção do debate do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, [s.l.], v. 12, n. 1, July 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22300>>. Acesso em: 03 março 2018.
- DE CARVALHO, F. P. Nova Cartografia Social: a extensão e a pesquisa como aportes ao ensino de Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, July 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22314>>. Acesso em: 03 July 2018.
- DE LIMA, A. M.; CARNEIRO, R. F.; DOS SANTOS, F. M. B.; DA SILVA, E. A. A agroecologia como ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar no Sítio Utopia, Alagoa Nova, PB. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.
- DULLEY, R. D. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 10, p. 96-99, 2003.

- FAGUNDES, G. G.; OLIVEIRA, J. T. A.; GEMMA, S. F. B.; RIMOLI, J.; BEZERRA, L. P.; HABIB, M. Rede de Agroecologia da Unicamp: integração ensino, pesquisa e extensão na construção participativa de saberes agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.
- FERREIRA, L.; FARIAS, L.; BATISTA, G.; VIEIRA, A.; MARINO, T. B.; MONTEIRO, R. C. A compreensão histórica e folclórica pela cartografia social: Um estudo de caso do Município de Conceição do Araguaia-Pará. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 8, n. 15, p. 143-165, 2017.
- FERREIRA, R. S.; RODRIGUES, G. L.; BAPTISTA, W. S. Empreendedorismo sustentável versus agricultura alternativa: o caso da Korin Agricultura Natural. **Revista ADMPG Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 65-72, 2015.
- FERREIRA, T. C. Desvendando a Agricultura Biodinâmica. **Revista Eixo**, v. 7, n. 3, p. 238-245, 2018.
- LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2009.
- MARINO, T. B.; RODRIGUES, A. M. B.; SANTOS, B. P. C.; DOS SANTOS, R. A.; DE SOUZA SANTOS, R. A Cartografia Social no Apoio à Construção do Diagnóstico Ambiental e Turístico do Município de Conceição do Araguaia-Pará. **Revista Continentes**, n. 11, p. 144-166, 2018.
- MOREIRA, R. M. **Da hegemonia do agronegócio à heterogeneidade restauradora da agroecologia: estratégias de fortalecimento da transição agroecológica na agricultura familiar camponesa do Programa de Extensão Rural Agroecológica de Botucatu e Região**. 2012. 358p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidad D Córdoba, Rabanales, 2012. Disponível em: <<https://helvia.uco.es/bitstream/handle/10396/7656/477.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>> Acesso em: 20 mar. 2018.
- MORENO, M. M.; VILLENA, J.; MORA, S. G.; RAMÍREZ, M.; MORENO, C. La agricultura ecológica en el Congreso General de la Unión Europea de Ciencias de la Tierra (EGU): ocho años de andadura. AE. **Revista Agroecológica de Divulgación**, n. 35, p. 54-55, 2019.
- ODIANTE, A.; CRUZ, J. Agricultura ecológica y de proximidad como herramienta para el desarrollo rural: el ejemplo de San Sebastián. Ager. **Revista de Estudios sobre Despoblacion y Desarrollo Rural**, n. 24, p191-224, 2018.
- ORTEGA, J.; SANTOS, A. S.; SOUZA, I. M. D.; OLIVEIRA, OLIVEIRA, A. P. R.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. Panorama das comunidades que sustentam a agricultura (CSA): os movimentos no Brasil e Europa. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.
- PADOVAN, M. P.; FEIDEN, A.; KOMORI, O. M.; MOTTA, I. D. S.; PEREIRA, Z. V. Grandes eventos técnico-científicos de agroecologia em Mato Grosso do Sul: concepções, realizações e possíveis impactos. In: Seminário Internacional de Agroecologia da América do Sul, 2.; Jornada Internacional de Educação do Campo, 1.; Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul, 6; Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul, 5.; Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases Agroecológicas de Mato Grosso do Sul, 6º Edição, 2016, Dourados. **Anais de congresso eletrônicos**. Dourados: UFGD, 2016. Disponível em:

<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1058774/1/GrandesEventosTecnicoCientificos.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2018.

PIRES, J. H. S.; NOVAES, H. T. Estudo, Trabalho e Agroecologia: A proposta política pedagógica dos cursos de agroecologia do MST no paraná. **Geminal: Marxismo e Educa o em Debate**, v. 8, n. 2, p. 110-124, 2016.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45-49, 2013.

SCHMITT, C. J. A transforma o das "Ideias Agroecológicas" em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contesta o e institucionaliza o de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 16-48, 2017.

SCHMITT, C. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na constru o de modos de vida sustentáveis. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura & análise**, 42, Brasília: Ipea/MTE, 2010. pp. 55-64

SHIMADA, W. K.; DOS REIS, J. G.; LOPES, A. C. V.; VENDRAMETTO, O.; DE OLIVEIRA, E. R. A agricultura familiar rumo   produ o orgânica. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, n. 3, p. 719-739, 2018.

SEVILLA-GUZMAN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología: bases ecológicas de la producción**. Barcelona: Ed. Icaria Editorial, 2006.

SERRA, L. S.; MENDES, M. R. F.; SOARES, M.; MONTEIRO, I. P. Revolu o Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v. 1, n. 4, 2016.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo, Gaia, 2003.

STAMATO, B.; MOREIRA, R. M. Metodologias Participativas em Agroecologia: redes, processos e estratégias rumo a uma Pedagogia do alimento. **Redes**, v. 22, n. 2, 2017.